

As fronteiras entre tradução e
adaptação:
da equivalência dinâmica de Nida à
tradaptação de Garneau

The boundaries of translation and
adaptation:
from Nida's dynamic equivalence to
Garneau's *tradaptation*

Fernanda Frio^{*}

São os autores que fazem as literaturas nacionais,
mas são os tradutores que fazem a literatura
universal.

José Saramago

Abstract: The aim of this paper is to present an overview of the use of the word adaptation, especially in relation to the Translation Studies area, in order to establish the borders separating both translation and adaptation, in addition to assessing the relevance and ideological foundation of the term *tradaptation*. This paper therefore aims at showing that both translation and adaptation are closely related phenomena which nevertheless have independent existence.

Keywords: translation; adaptation; *tradaptation*; Translation Studies.

^{*} Graduanda do curso de Bacharelado em Letras - Português/Inglês - Tradução da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI). Email: fernandasfrio@gmail.com.

Resumo: O objetivo do presente trabalho é traçar um panorama do uso do termo adaptação, principalmente em relação aos Estudos da Tradução, de modo a delimitar as fronteiras e pontos de convergência entre adaptação e tradução, além de analisar a pertinência e carga ideológica do termo *tradaptação*. Assim, este trabalho tenciona mostrar que tanto a tradução quanto a adaptação são fenômenos intimamente ligados, mas que, não obstante, possuem existência independente.

Palavras-chave: tradução; adaptação; *tradaptação*; Estudos da Tradução.

1. Introdução

Ainda que se possam encontrar diversos trabalhos destinados a tratar dos fenômenos de tradução e adaptação, aquilo que constitui a(s) fronteira(s) entre ambas as práticas ainda não parece claramente delimitado, e muitos autores ainda divergem ao procurar descrever a natureza de cada uma delas. Conforme aponta GAMBIER (1992), os Estudos da Tradução ainda estão fortemente marcados por posturas ideológicas - muitas das quais relegam o status de tradução somente à prática interlingual, categorizando as demais sob o rótulo de adaptação -, e o status desses dois termos, bem como a relação de um com o outro, são fatores que dependem em ampla medida dos posicionamentos perante cada um deles, termos cujas acepções são polissêmicas e ambíguas.

Partindo-se do pressuposto de que tradução e adaptação são fenômenos diferentes, MERINO (2001) afirma que a tradução é uma prática essencialmente interlingual, ao passo que a adaptação se daria nos níveis intralingual e intersemiótico apontados por JAKOBSON (1959), através da adaptação de textos dramáticos para o palco, de romances para o cinema, de romances clássicos para uma linguagem mais facilitada, direcionada a um novo leitorado ou a estudantes de língua estrangeira, etc. Há também quem aponte a dicotomia tradução/adaptação como análoga à dicotomia tradução livre/tradução literal, ou, nos termos de VENUTI (1995), estrangeirização e domesticação. A

tradução, portanto, seria um método literal, que procuraria a equivalência formal apontada por NIDA (1964). A adaptação, por outro lado, se aplicaria nos termos de VINAY & DARBELNET (1958), sendo utilizada para descrever, na língua de chegada, uma situação inexistente retratada na língua de partida. Esse procedimento, no entanto, não se daria necessariamente no nível global, isto é, não se aplicaria a todo o texto a ser traduzido, podendo ser local, restrito a determinado(s) ponto(s) problemático(s) do texto fonte.

Para dar conta dessas divergências, o escritor e dramaturgo quebequense Michel Garneau propôs a utilização do termo *tradaptação*, para descrever suas adaptações de peças de Shakespeare para seus conterrâneos, de modo a consolidar a utilização da língua quebequense e lutar contra o domínio cultural da França e do Canadá, isto é, da língua francesa e da língua inglesa canadense. As adaptações feitas por Garneau vão desde a troca de nomes das personagens, até cortes, acréscimos e inclusão de neologismos e arcaísmos para servir às necessidades da língua ainda em formação.

O objetivo deste trabalho, portanto, é explicitar as diferentes definições do termo adaptação, sempre em relação com a tradução, prática delimitada com maior precisão, e procurar mostrar que essa prática, ainda que muitas vezes opere como subproduto da tradução, também possui existência independente e merece atenção especial para ser estudada como um fenômeno por si só, que pode recorrer ou não à tradução. Além disso, investiga-se o termo *tradaptação*, ainda muito contestado por seu caráter essencialmente ideológico e por colocar tanto tradução e adaptação num mesmo patamar, sem estabelecer uma hierarquia entre as duas práticas.

O trabalho começa explorando a oposição entre dois métodos básicos de tradução, quais sejam, a tradução direta e a tradução oblíqua (VINAY & DARBELNET 1958), ou, ainda, equivalência formal e equivalência dinâmica (NIDA 1964) ou, para utilizar uma terminologia mais recente, a domesticação e estrangeirização (VENUTI 1995). Em seguida, é tratado o conceito de adaptação, trazendo concepções diversas acerca deste termo

controverso, e, por fim, passa-se à análise do termo *tradaptação* e sua nuance ideológica.

2. Dos diferentes métodos de tradução

Em seu ensaio *A Methodology for Translation*, VINAY & DARBELNET (1958) propõem a distinção de dois tipos de tradução, a tradução direta e a tradução oblíqua. A primeira delas é entendida como sinônimo da tradução literal, em alguns casos, tradução palavra por palavra, sendo aplicada especialmente quanto maior for a semelhança estrutural entre a língua da qual se traduz e a língua para a qual se traduz. A tradução oblíqua, por outro lado, é uma tradução de cunho mais livre, em que as línguas e culturas trabalhadas divergem em maior escala, sendo necessária a aplicação de diversos procedimentos, pois uma tradução literal, nesses casos, conforme sugerem VINAY & DARBELNET (1958), poderia resultar em um texto de chegada com significado diferente do original, estruturalmente impossível, culturalmente incompreensível, etc.

Um dos procedimentos citados pelos autores dentro do âmbito da tradução oblíqua é, justamente, a adaptação, descrita como “o limite extremo da tradução” (VINAY & DARBELNET 1958: 90), a que se deve recorrer quando existem discrepâncias culturais intransponíveis, em que o que é descrito no texto de partida não encontra situação equivalente na língua de chegada. Os autores apontam essa técnica como um tipo de equivalência, mas uma equivalência “especial e situacional” (1958: 91). Esse método se aplicaria desde a simples troca de nomes de filmes e livros estrangeiros por um título totalmente novo no país de recepção, em função de questões comerciais, ou, para citar o exemplo dado pelos autores, de uma frase como “*He kissed his daughter on the mouth*”, que não poderia ser literalmente traduzida para o francês, por exemplo, pois, nesse país, esse não é um costume aceitável.

Ao tratar dos tipos de tradução, NIDA (1964) também aponta para dois procedimentos básicos, ou melhor, duas orientações, uma direcionada ao texto de partida e outra voltada para o texto de chegada, a saber, a equivalência formal e a equivalência dinâmica. Em uma de suas primeiras considerações, o autor deixa claro estar ciente de que não há apenas dois tipos de procedimentos tradutórios possíveis, pois, de acordo com ele, a maneira de se traduzir depende (i) da natureza da mensagem, (ii) do(s) propósito(s) do autor e, por extensão, do tradutor e (iii) do tipo de público receptor (NIDA 1964: 142).

A equivalência formal dar-se-ia através da reprodução de elementos formais do texto, ou seja, da reprodução de sua estrutura e unidades gramaticais. Assim, seriam preservadas as frases e orações, além da composição dos parágrafos e utilização da pontuação. Além disso, para que os leitores possam captar nuances culturais presentes no original, as expressões idiomáticas seriam traduzidas de forma literal e as classes gramaticais seriam respeitadas - traduzir-se-iam substantivos por substantivos, verbos por verbos, e assim por diante. No caso de trechos de difícil tradução, como aqueles em que se encontram trocadilhos, por exemplo, o tradutor poderia servir-se de uma nota de rodapé, recurso também passível de ser utilizado na tradução das expressões idiomáticas cujo significado não fosse evidente. NIDA (1964) ressalta que esse método de tradução é menos utilizado do que aquele voltado para o texto-alvo, mas aponta que pode ser útil, por exemplo, na elaboração de obras bilíngues ou para servir de material de estudo a linguistas.

Quanto à equivalência dinâmica, esta seria orientada para a preservação do efeito do texto original, ou seja, seria voltada “não tanto para mensagem do texto fonte, mas sim para a resposta do receptor” (NIDA, 1964: 150). Desse modo, o mais importante é que a tradução soe tão natural quanto se fosse um texto previamente concebido na língua-alvo, ou seja, que não revele sua condição de tradução. A certeza de que o tradutor atingiu essa naturalidade, portanto, seria o fato de ela não se fazer notar, pois, como o

autor sugere, a adequação linguística se faz presente justamente quando não desperta atenção para si. Assim, o texto de chegada pode modificar estruturas, categorias gramaticais e semânticas e tipos de discurso para melhor servir ao público receptor, através da eliminação das marcas da língua estrangeira.

Por outro lado, NIDA (1964) também aponta alguns problemas dessa abordagem, começando por rejeitar a atualização ou arcaização do texto de chegada, pois ambos os procedimentos poderiam conferir um caráter de artificialidade ao texto traduzido. Além disso, ele lembra que itens ou contextos que são específicos de uma determinada cultura não podem ser facilmente eliminados, sendo necessário recorrer-se a uma tradução literal acompanhada, por exemplo, de uma nota de rodapé. A esse respeito, retomo o exemplo de VINAY & DARBELNET (1958) da frase "*He kissed his daughter on the mouth*", ao qual o comentário de NIDA (1964) é perfeitamente adequado:

Essas discrepâncias culturais oferecem menos dificuldade do que se poderia imaginar, (...) pois todas as pessoas reconhecem que os outros povos se comportam de maneira diferente da sua. (NIDA 1964: 152, tradução da autora deste artigo)

Assim, em uma abordagem voltada à equivalência dinâmica, não há necessidade de se fazer uma adaptação de contextos culturais, pois se supõe que o público receptor do texto estará atento para o surgimento de possíveis situações culturais específicas.

VENUTI (1995) também descreve dois procedimentos tradutórios distintos, quais sejam a estrangeirização e a domesticação - em uma relação análoga com a tradução oblíqua e tradução direta e com a equivalência formal e a equivalência dinâmica. O autor trabalha primeiramente o conceito de invisibilidade do tradutor que, ao produzir um texto fluente e inteligível na língua de chegada e apagar todas as marcas da língua estrangeira, faz com que o trabalho do tradutor e sua função se tornem invisíveis, pois o leitor, sem acesso aos traços da língua estrangeira, mal se dá conta de não estar diante de um texto em língua original:

Um texto traduzido, seja prosa ou poesia, ficção ou não ficção, é considerado razoável pela maioria dos editores, críticos e leitores quando é de fácil leitura, em função da ausência de traços linguísticos ou estilísticos peculiares, que o fazem parecer transparente, dando a impressão de que ele reflete a personalidade ou intenção do autor, ou o significado essencial do texto estrangeiro - a impressão, em outras palavras, de que a tradução não é, de fato, uma tradução, e sim o texto 'original' (VENUTI 1995: 1).

A domesticação, portanto, traz o texto até a cultura de chegada, e o faz de muitas formas diferentes, desde a adaptação de nomes de personagens até a modificação do local onde determinada narrativa acontece, por exemplo. É possível, também, que passagens consideradas subversivas ou ofensivas sejam omitidas e que nomes de produtos sejam adaptados a marcas locais.

A estrangeirização, por sua vez, pode se dar através dos processos inversos da domesticação, entre outras estratégias, como a criação de neologismos, o uso de estrangeirismos, a tradução palavra por palavra, a tradução literal de expressões idiomáticas, e assim por diante.

VENUTI (1995) advoga por uma tradução estrangeirizadora, especialmente em países de língua inglesa - notavelmente, nos Estados Unidos e na Inglaterra -, que submetem originais, em todos os aspectos, à sua cultura e aos seus valores. Esse procedimento seria correto por afirmar a existência de diferenças culturais, fazendo com que a tradução se tornasse ferramenta de enriquecimento cultural, e não de apropriação, o que muitas vezes acontece em função de um conceito questionável de fidelidade à cultura de chegada. O autor atesta que a tradução deve ser estrangeirizante em todos os aspectos possíveis, "desviando-se o suficiente das normas nativas, para criar uma experiência de leitura alienígena - optando pela tradução de textos literários que não façam parte do cânone, por exemplo, ou usando um discurso marginal para traduzi-lo" (VENUTI 1995: 20).

Assim, o autor norte-americano defende uma nova forma de se analisar e criticar obras traduzidas, reconhecendo o papel do tradutor como autor de um texto 'original' - termo bastante pertinente, visto que a tradução também

é um texto produzido pela primeira vez - e mediador entre culturas diferentes.

A adaptação, portanto, seria um método a ser aplicado quando a tradução tencionasse ser natural, fluida, como se fosse um texto primeiramente concebido na língua e cultura de chegada, para dar conta de contextos socioculturais mais amplos que, se não adaptados, poderiam causar estranhamento ao público leitor e denunciar a condição de tradução do texto. Tratamos com mais detalhamento dessa técnica na seção a seguir.

3. Da adaptação

Por adaptação, costuma-se entender como a transposição de um texto para um novo meio, ou seja, a chamada tradução intersemiótica, por exemplo, a encenação de um texto dramático, a transposição de um romance para o cinema, a transformação de um HQ em desenho animado, e assim por diante. Também se pode falar em adaptação quando determinado texto é modificado para atender às necessidades de um novo público-alvo, como quando se adapta um romance para uma linguagem de mais fácil compreensão para as crianças e jovens, ou se simplifica um texto em língua estrangeira para que ele possa ser lido por aprendizes dessa língua.

No âmbito dos Estudos da Tradução, BASTIN (1998) define a adaptação como um procedimento tradutório, “que resulta em um texto que não é geralmente aceito como tradução, mas é, mesmo assim, reconhecido como representativo do texto-fonte” (BASTIN 1998: 3). Esse procedimento abre espaço para acréscimos, omissões, criações, adequações culturais, e assim por diante, de modo a gerar um novo texto que seja culturalmente aceito ou, ainda, que seja especialmente direcionado ao público-alvo pressuposto. As condições apontadas por BASTIN (1998) para que se realizem adaptações são as que seguem:

- (i) ausência de equivalentes lexicais (*cross-code breakdown*);

- (ii) inadequação cultural ou situacional;
- (iii) mudança de gênero textual;
- (iv) mudanças de época e/ou leitorado.

O autor ainda traça uma distinção entre adaptação local - limitada a trechos isolados do texto original - e adaptação global - em que deve haver toda uma recriação do texto original, alterando sua função e seu impacto (BASTIN 1998). Assim, a adaptação local seria um subproduto da tradução, ao passo que a adaptação global teria existência mais independente, ainda que, no caso de se tratar de dois textos em línguas diferentes, o recurso à tradução seja inevitável.

MERINO (2001), por outro lado, restringe a adaptação ao âmbito intralingual, descrevendo como tradução as trocas que se dão entre materiais textuais de idiomas diferentes:

Com o primeiro, [tradução] nos referimos a uma relação de dependência de um texto meta com relação a outro texto anterior originado em uma língua diferente, a de partida; com o segundo [adaptação], a uma relação de dependência de um texto com relação a outro texto anterior originado na mesma língua, porém em *gênero, meio, espaço* ou *tempo* diferentes (2001: 231-232, grifo e tradução da autora deste artigo).

A autora indica quatro pontos em que se pode realizar adaptação, quais sejam gênero, meio, espaço e tempo. É importante destacar que a adaptação pode acontecer em apenas um desses níveis ou em todos eles. Os termos **gênero** e **meio** apresentam acepções similares, porém não devem ser confundidos: a transposição de uma peça de teatro para o cinema, por exemplo, representaria uma mudança de gênero, porém não representaria uma mudança de meio, visto que cinema e teatro são um meio visual, já a transposição de um romance para o cinema representaria tanto uma mudança de gênero (literatura>cinema) quanto de meio (meio textual>meio visual). As noções de **espaço** e **tempo** referem-se, respectivamente, à adaptação de um

espaço geográfico e/ou cultural e à adaptação de textos pertencentes a outras épocas.

Para MERINO (2001), portanto, o que distingue tradução e adaptação é o caráter interlinguístico da primeira, caráter que a adaptação não compartilha, pois é um “processo que, por definição, se dá *dentro da mesma língua*” (2001: 233, grifo e tradução da autora deste artigo). A autora, no entanto, detém-se igualmente nas adaptações pontuais muitas vezes exigidas pela tradução e, para isso, evoca HURTADO-ALBIR (1999 apud MERINO 2001), que, em conformidade com VINAY & DARBELNET (1958), define a adaptação como “técnica de tradução que consiste em substituir um elemento cultural por outro da cultura receptora” (HURTADO-ALBIR 1999 apud MERINO 2001, tradução da autora deste artigo). Em suma, fica claro que, para MERINO (2001), a adaptação *per se* é um fenômeno muito mais amplo, independente, e não uma técnica vinculada à tradução.

GAMBIER (1992) tece considerações a respeito da falta de estudos sistemáticos que tratem das diferenças entre tradução e adaptação e, mais ainda, da falta de uma definição precisa da última, o que o leva a concluir que, se a adaptação é um fenômeno mais amplo, a “verdadeira” tradução seria somente aquele procedimento literal, com foco sobre o texto de partida, e a dicotomia tradução/adaptação seria análoga às dicotomias tradução literal/tradução livre e forma/conteúdo.

Uma das razões apontadas pelo autor para a existência de tamanha divergência e falta de sistematicidade na delimitação e definição de ambos os termos é o fato de que os Estudos da Tradução que seriam uma disciplina, em tese, essencialmente teórica, ainda são altamente marcados pela ideologia, pelos juízos de valor e pela visão de que o texto original possui supremacia sobre o texto traduzido, bem como o texto traduzido possui supremacia sobre o texto adaptado (GAMBIER 1992). Ele ressalta, no entanto, o fato de que toda tradução pressupõe algum grau de adaptação, mesmo em nível local, e que, desse modo, muitos dos métodos de tradução oblíqua apontados por VINAY & DARBELNET (1958) constituem, no final das contas, adaptações. GAMBIER (1992)

finaliza suas considerações advertindo para a existência de um paradoxo: se uma boa tradução é aquela que não se faz notar, então, ela deve fazer recurso, justamente, da adaptação, não podendo, desse modo, ser sempre literal. Ao final de seu ensaio, GAMBIER (1992) se posiciona a favor da ligação dos conceitos de adaptação e tradução, duas práticas que seriam não apenas coexistentes, mas também interdependentes.

Em *Theory of Adaptation*, HUTCHEON (2006) define a adaptação como a transposição assumida de uma obra para um meio distinto daquele que a originou. A palavra *assumida* acarreta, ao mesmo tempo, que a adaptação, ao denunciar sua relação com o texto no qual se baseia, protege-se contra possíveis críticas, mas, paradoxalmente, abre espaço para essas críticas, que advogarão em favor da fidelidade à obra adaptada.

Ao comentar a relação da adaptação com a tradução, a autora é contundente quando afirma que “assim como não há traduções literais, também não pode haver adaptações literais” (HUTCHEON 2006: 16); se, por um lado, a tradução deve ser fiel ao conteúdo do texto de partida obedecendo à forma da língua de chegada, essa exigência também existe quando se realizam adaptações, sejam adaptações entre dois meios similares ou distintos.

Vale ressaltar, entretanto, que a mudança de meios - seja ela uma mudança recorrente, como a adaptação cinematográfica de um livro, a encenação de uma peça de teatro, etc - torna a tarefa da adaptação ainda mais delicada e mais passível de gerar opiniões divergentes acerca de sua fidelidade à obra original. Tendo em vista essa problemática, HUTCHEON (2006) propõe seis perguntas a serem respondidas no momento de se realizar uma adaptação, a saber:

- (i) **O que é adaptado?**
- (ii) **Quem adapta?**
- (iii) **Por que adaptar?**
- (iv) **Como adaptar?**

- (v) **Onde** adaptar?
- (vi) **Quando** adaptar?

Em primeiro lugar, deve-se delimitar (i) qual elemento da obra original deverá ser adaptado, seja sua temática, seu estilo, etc, para que em seguida seja indicado (ii) o(s) responsável(eis) por realizar a adaptação. As (ii) razões para recorrer à adaptação podem ser de cunho cultural, político, pessoal, ou podem ser motivadas para alcançar um novo público-alvo que, uma vez delimitado, vai (iv) ditar as regras desse processo de adaptação. Por fim, deve-se (v) tratar da adaptação de aspectos relativos à época, ao lugar, à sociedade e à cultura nas quais a história se passa. Com essas questões em mente, o trabalho de adaptação ganha sistematicidade, o que não garante, porém, uma recepção aprovativa.

Em síntese, foi possível identificar duas posturas principais acerca da prática da adaptação; por um lado, ela é vista como um fenômeno amplo, que se dá dentro de uma mesma língua, que adquire esse “rótulo” justamente por tratar-se de um fenômeno global; por outro, concebe-se a adaptação em estreita ligação com a tradução, representando um subproduto dela, bem como uma condição *sine qua non* para sua existência. É a partir desse segundo pressuposto que trataremos do termo *tradaptação* na seção que segue.

4. Da *tradaptação*

A *tradaptação*, termo cunhado por Michel Garneau em 1978, propõe-se a unificar dois procedimentos intimamente ligados, a tradução e a adaptação; não obstante, esse novo conceito também carrega um caráter ideológico fortemente marcado. O termo foi utilizado por Garneau para descrever sua tradução/adaptação da peça *Macbeth*, de William Shakespeare, para uma língua ainda em vias de formação e que urgia por consolidação, o

quebequense (LIEBLEIN 2012). A escolha por Shakespeare também não se deu por acaso:

Shakespeare, autor inglês *par excellence*, representaria a resistência à autoridade externa da França, ao passo que um Shakespeare carnavalizado serviria ao propósito de tocar um tabu para o inglês ressentido do Canadá (LIEBLEIN 2012: 256).

Assim, o apelo a uma obra do dramaturgo inglês ofereceria resistência não apenas à língua e cultura francesas como também ao inglês canadense, através do recurso à língua inglesa britânica, proporcionando à população quebequense autonomia linguística e cultural. A tradução de Garneau contou ainda com adaptações de toda ordem, desde a troca de nomes de personagens até o recurso a acréscimos, omissões e uso deliberado de arcaísmos e neologismos, para demonstrar que o quebequense era capaz de dar conta de um autor tão célebre, o que viria a conferir status a essa nova língua.

É importante ressaltar que, conforme aponta LIEBLEIN (2012), o quebequense ainda não era a língua dominante no Quebec à época, isto é, no ano de 1978, daí a escolha pelo texto dramático, que, por definição, é voltado para o uso da oralidade. O recurso a esse tipo de texto era um modo de estabelecer o uso permanente da língua quebequense e desvincular a população do Quebec da opressão da língua e cultura francesa e canadense.

A respeito do termo *tradaptação*, GAMBIER (1992) também atesta sua pertinência, pois ele permite afirmar que toda tradução é também adaptação e, conforme o autor, qualquer texto terá algumas partes traduzidas (literalmente, para servir à língua-fonte) e adaptadas (para atender às condições de recepção da língua-alvo). Ele afirma, ainda, que as adaptações podem se dar tanto no nível linguístico - para lidar com jogos de palavras, idioletos, por exemplo - quanto no nível extralinguístico - referência a tradições, costumes, locais e instituições culturais.

Finalmente, vale lembrar que o recurso à adaptação é cada vez mais recorrente nos dias de hoje, seja em nível local ou global, pois existe uma

tendência a tornar o texto traduzido convincente como um texto originalmente concebido na língua de chegada, para melhor atender aos leitores que ou não dominam a língua estrangeira ou são capazes de identificar sua presença velada em passagens traduzidas de maneira equivocada. A esse respeito, LIEBLEIN (2012) comenta que “a tradução, especialmente em um contexto pós-colonial, sempre terá um gostinho de adaptação” (LIEBLEIN 2012: 267), o que quer dizer que ela passou a servir não apenas como recurso estético, mas como uma importante ferramenta de resistência cultural.

5. Considerações finais

A partir do que vimos até aqui, é preciso enfatizar mais uma vez a importância da adaptação dentro dos Estudos da Tradução e seu valor para a própria prática tradutória. Ambos os conceitos e práticas estão intimamente ligados, mas o limite dessa relação e o status de cada um/uma dependerá, inevitavelmente, de fatores socioculturais e históricos (GAMBIER 1992), bem como da resposta do público e da crítica ao texto traduzido/adaptado. Como a relação entre as duas é bastante evidente, alguns autores não chegam a desenvolver uma definição ampla para o termo ‘adaptação’, como é o caso de NIDA (1964), que reconhece que pode haver algum grau de modificação no texto de chegada para que ele possa ajustar-se às demandas do público receptor e às regras da língua-alvo, mas evidencia o fato de que uma tradução, por mais perfeita que seja, sempre há de refletir concepções culturais para as quais os leitores estão preparados, tendo em vista que têm a consciência de estarem diante de um texto traduzido.

Essa prática possui um traço de intertextualidade explícita (BENTES 2005), ou seja, estabelece relação assumida com um texto determinado, modificando-o seja para reafirmá-lo ou para rejeitá-lo - como acontece quando se realizam paródias, pastiches, etc. Além disso, na adaptação, assim

como na tradução, também se fala no conceito difuso de fidelidade, que se poderia considerar uma mera alegoria que serve de padrão para se atribuir qualidade ao texto ainda que a própria noção de fidelidade careça de conceituações precisas.

A adaptação como procedimento técnico recebe essa denominação ou como técnica tradutória ou como prática independente, que envolve mudanças de meios, gêneros, de relações de espaço e tempo e, em grande parte das vezes, de receptores. Dentro da segunda perspectiva, é possível recorrer-se à tradução, mas somente quando se trata de uma adaptação interlingual, em que a tradução não é alçada ao status de prática primária que relega à adaptação um caráter secundário. Partindo desse viés de adaptação como fenômeno mais amplo é possível começar a pensar em procedimentos técnicos da adaptação, de maneira que não apenas essa prática, como também a disciplina ainda incipiente de Estudos de Adaptação, venha a conquistar consolidação e força teórica.

6. Referências bibliográfica

- BASTIN, G. Adaptation (1998). In: BAKER, M; SALDANHA, G. (orgs.). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. 2. ed. London: Routledge, 2011, p. 3-6.
- BENTES, A. C. Linguística Textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 245-285.
- GAMBIER, Y. *Adaptation: une ambiguïté à interroger*. Meta: Translator's Journal, vol. 37, nº 3, 1992, p. 421-425. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/002802ar>> (22/03/2013).
- HURTADO-ALBIR, A. *Enseñar a traducir*. Madrid: Edelsa, 1999.
- HUTCHEON, L. *A Theory of Adaptation*. New York: Routledge, 2006.
- JAKOBSON, R. On linguistic aspects of translation (1959). In: VENUTI, L. (ed.). *The Translation Studies Reader*. 3. ed. New York: Routledge, 2012, p. 126-131.

- LEIBLEIN, L. 'Cette belle langue': the 'tradaptation' of Shakespeare in Quebec. In: HOESENLAARS, T. (ed.). *Shakespeare and the language of translation*. London: Arden, 2012, p. 255-269.
- MERINO, R. Traducción, adaptación y censura de productos dramáticos. In: CHAUME, F.; AGOST, R. (eds.). *La traducción en los medios audiovisuales*. Castelló: Universitat Jaume, 2001, p. 231-238.
- NIDA, E. Principles of correspondence (1964). In: VENUTI, L. (ed.). *The Translation Studies Reader*. 3. ed. New York: Routledge, 2012, p. 141-155.
- VENUTI, L. *The Translator's Invisibility*. London: Routledge, 1995.
- VINAY, J. P.; DARBELNET, J (1958). A methodology for translation. In: VENUTI, L. (ed.). *The Translation Studies Reader*. 2. ed. New York: Routledge, 2004, p. 84-93.